MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.^a Repartição2.^a Secção**Portaria n.º 11:970**

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 8.º do decreto n.º 35:770, de 29 de Julho de 1946, abrir na colónia de Macau um crédito especial de \$ 60.000,00, com contrapartida nos saldos das contas de exercícios findos, destinado a reforçar a verba do capítulo 4.º, artigo 93.º, n.º 4) «Pagamento de serviços — Despesas de higiene, saúde e conforto — Medicamentos, apósitos, vacinas, drogas, instrumentos cirúrgicos, utensílios de farmácia e aparelhos de laboratórios», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral daquela colónia em vigor.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» da colónia de Macau.

Ministério das Colónias, 29 de Julho de 1947.— O Ministro das Colónias, *Teófilo Duarte*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 11:971

Tendo cessado o regime de rateio e distribuição de curtidos ao comércio da especialidade e não subsistindo, por isso, a necessidade de recolher a produção:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, o seguinte:

Artigo 1.º Ficam revogados os artigos 2.º, 3.º e 6.º da portaria n.º 10:288, de 12 de Dezembro de 1942, extinguindo-se assim os entrepostos fabris de curtidos criados por aquele diploma.

Art. 2.º A Junta Nacional dos Produtos Pecuários promoverá, através das suas delegações locais, a verificação das características técnicas dos curtidos oficialmente aprovados e bem assim o cumprimento das demais disposições em vigor relativamente à indústria de curtumes.

Ministério da Economia, 29 de Julho de 1947.— Pelo Ministro da Economia, *José Augusto Correia de Barros*, Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones

Decreto n.º 36:438

As estações de amador, referidas no § 2.º do artigo 15.º do decreto n.º 22:784, de 29 de Junho de 1933, foram proibidas de funcionar pelo decreto-lei n.º 29:937, de 21 de Setembro de 1939.

Autorizado de novo o seu funcionamento pelo decreto-lei n.º 36:340, de 11 de Junho de 1947, considera-se indispensável estabelecer as condições a que, sob o ponto de vista técnico, elas devem satisfazer, fixar as regras gerais da sua exploração, definir as aptidões que devem possuir os operadores amadores e regulamentar as normas para a concessão de licenças, revendo-se e completando-se, nesta parte, as disposições do antigo decreto n.º 22:784.

Nestes termos e de acordo com o preceituado no artigo 24.º do decreto-lei n.º 22:783, de 29 de Junho de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Regulamento dos postos de amador

CAPÍTULO I

Definições

Artigo 1.º Operador amador é toda a pessoa idónea, interessada pela técnica radioelétrica com um fim unicamente pessoal e sem interesse pecuniário, que possua a respectiva carta, passada nos termos deste regulamento.

Art. 2.º Estação de amador é o conjunto de aparelhagem radioelétrica instalado num dado local, utilizado por um operador amador e destinado a estabelecer comunicações com outras estações de amador.

Art. 3.º Estação móvel de amador é uma estação de amador destinada a ser utilizada em vários locais ou em movimento.

Art. 4.º A potência de uma estação emissora de amador, para efeitos deste regulamento, é definida pela potência de alimentação do circuito anódico do andar final.

CAPÍTULO II

Da carta e das categorias de amadores

Art. 5.º Os operadores amadores serão agrupados nas categorias seguintes:

Categoria A — Os operadores amadores desta categoria, além de gozarem das vantagens concedidas aos da categoria B, poderão ser autorizados a utilizar estações móveis de amador.

Categoria B — Os operadores amadores desta categoria poderão utilizar estações de amador até à potência máxima de 1:000 watts.

Categoria C — Os operadores amadores desta categoria poderão utilizar estações de amador até à potência máxima de 250 watts.

Categoria D (categoria provisória) — Os operadores amadores desta categoria poderão utilizar estações telefónicas de amador até à potência máxima de 50 watts.

Art. 6.º Qualquer estação de amador só pode ser operada por um titular de carta de operador amador.

Art. 7.º O titular de uma carta de operador amador pode operar qualquer estação de amador desde que esta satisfaça às características impostas para a categoria a que ele pertence. A responsabilidade do funcionamento da estação recai, solidariamente, sobre o proprietário e o operador.

Art. 8.º A carta de operador amador será passada depois de o candidato ter satisfeito às exigências do presente regulamento e dela constará, além das indicações que identifiquem o seu possuidor, a categoria a que ele pertence.

Art. 9.º A duração legal da carta de operador amador é de cinco anos, contados a partir da data da concessão.

Findo aquele período, o operador amador perderá os seus privilégios se não requerer a renovação da carta dentro dos noventa dias anteriores ao termo da validade.

§ único. Exceptua-se a carta de operador amador da classe D, que não poderá ser renovada.

Art. 10.º A renovação da carta de operador amador será feita pela Direcção dos Serviços Radioelétricos dos OTT a requerimento do interessado e mediante prova de que este comunicou, durante os últimos seis

meses, com, pelo menos, três estações de amador situadas em território português.

Art. 11.º O antigo titular de uma carta de operador amador das categorias A, B ou C que não requereu a sua renovação no prazo fixado no artigo 9.º poderá, em qualquer data, obter a carta para a categoria a que pertença, desde que seja aprovado em novo exame de aptidão para essa mesma categoria.

Art. 12.º O ingresso de um operador amador na categoria C depende de aprovação em exame de aptidão para essa categoria.

Art. 13.º A passagem de um operador amador da categoria C para a categoria B só pode fazer-se mediante aprovação em exame de aptidão para esta categoria.

§ único. Só podem requerer o exame de aptidão para a passagem à categoria B os operadores amadores que pertençam à categoria C e que nesta categoria tenham operado nos últimos dois anos uma estação própria.

Art. 14.º A passagem de um amador da categoria B à categoria A só poderá ser feita mediante proposta apresentada pela Rede dos Emissores Portugueses à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT e mediante o pagamento da importância de 200\$.

Art. 15.º Só será autorizada a passagem de um operador amador da categoria C para a categoria B ou da categoria B para a categoria A se se verificar que, na categoria a que pertence, satisfaz no último ano, operando uma estação própria, a todas as prescrições de ordem técnica e se a sua forma de proceder corresponde taxativamente ao fixado nos regulamentos em vigor.

Art. 16.º A passagem de um operador amador a uma dada categoria só se torna efectiva depois de feito o averbamento na carta respectiva.

Art. 17.º Em caso de extravio ou de inutilização da carta de operador amador o seu titular poderá requerer um duplicado da mesma carta, indicando a forma como ela foi extraviada ou inutilizada.

Se após a passagem do duplicado for encontrado o original, aquele deve ser imediatamente devolvido à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

§ único. A passagem de um duplicado da carta será feita mediante o pagamento de 50\$.

Art. 18.º Qualquer operador amador deve ter em seu poder ou a alcance imediato a carta respectiva sempre que esteja a utilizar uma estação de amador.

§ único. Exceptuam-se os casos em que a carta, por exigências impostas neste regulamento, foi enviada à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT ou, em caso de extravio ou inutilização, se foi requerida a passagem de um duplicado e este ainda não concedido.

CAPITULO III

Dos exames de aptidão

Art. 19.º Os exames de aptidão para operador amador compreendem:

a) Legislação, regulamentos e outras disposições que digam respeito às estações de amador;

b) Noções elementares do funcionamento da aparelhagem utilizada nas comunicações de amador;

c) Conhecimentos sobre regulação e ajuste da aparelhagem utilizada nas comunicações de amador;

d) Transmissão e recepção telegráfica, em código Morse, de linguagem clara, à velocidade de cinquenta letras por minuto (considerando cada algarismo ou sinal de pontuação como duas letras), durante cinco minutos consecutivos.

O número máximo de erros admitido em cada uma das provas é de cinco.

§ único. Os programas das matérias indicadas nas alíneas a), b) e c) são constantes do anexo publicado com este decreto e que dele faz parte integrante.

Art. 20.º O exame de aptidão para a categoria B versará sobre todos os pontos indicados no artigo anterior e realizar-se-á em local e data a fixar pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

§ único. Do júri do exame fará parte um delegado da Rede dos Emissores Portugueses.

Art. 21.º O exame de aptidão para a categoria C versará sobre o indicado nas alíneas a), b) e d) do artigo 19.º e realizar-se-á em local e data a designar pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

§ único. Do júri do exame fará parte um delegado da Rede dos Emissores Portugueses.

Art. 22.º O exame de aptidão para a categoria D será feito por delegados da Rede dos Emissores Portugueses, nomeados pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT e versará sobre o indicado na alínea a) do artigo 19.º

Art. 23.º As provas de transmissão e recepção telegráfica, quando exigidas, são eliminatórias.

Art. 24.º Se o candidato a uma carta de operador amador de categoria imediatamente superior à que possui tiver sido aprovado para esta categoria nos últimos cinco anos, contados da data da entrega do requerimento para passagem de categoria, o exame versará apenas sobre a matéria não exigida para a categoria a que ele pertence.

Art. 25.º Os candidatos a operador amador ou a mudança de categoria de operador amador diplomados com os cursos de engenharia ou de agente técnico poderão ser dispensados das matérias indicadas nas alíneas b) e c) do artigo 19.º

Anàlogamente poderão ser dispensados da matéria indicada na alínea d) os possuidores de cartas de radiotelegrafistas passadas pelos organismos oficiais competentes.

Art. 26.º Os candidatos a operador amador requererão o respectivo exame de aptidão à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

Do requerimento constará:

a) Nome;

b) Naturalidade;

c) Nacionalidade;

d) Idade;

e) Filiação;

f) Profissão;

g) Residência;

h) Habilitações literárias e científicas;

i) Categoria de operador amador a que pretendem concorrer.

§ único. Conjuntamente à entrega do requerimento o candidato satisfará a respectiva taxa de exame, que será de 100\$ para a categoria D e de 50\$ para as categorias B e C.

CAPITULO IV

Das licenças das estações de amador

Art. 27.º Nenhuma estação de amador poderá ser instalada ou utilizada sem prévia autorização da Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

Art. 28.º As licenças para instalação e utilização de estações de amador são concedidas pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT, mediante o pagamento da taxa de 100\$ e a apresentação de requerimento do qual conste:

a) Nome, morada, filiação, naturalidade e nacionalidade do requerente;

b) Número e categoria da carta de operador amador;

c) Indicação se as antenas a utilizar, no caso de estação fixa, atravessam ou não a via pública e, no primeiro caso, qual o seu número.

§ único. Cada licença para instalação e utilização de estação de amador é válida apenas para um só posto

emissor e respectivo sistema receptor e para o local indicado na licença.

Art. 29.º As licenças para a instalação e utilização das estações de amador são válidas por períodos renováveis de cinco anos, a contar da data da concessão.

§ 1.º A renovação da licença no fim de cada período de cinco anos é feita mediante requerimento, dirigido à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT e entregue dentro dos noventa dias anteriores ao termo da licença. O requerimento deve ser acompanhado do diário da estação e da licença a renovar.

§ 2.º A renovação da licença implica o pagamento de uma taxa de 20\$.

Art. 30.º Da licença da estação de amador constará:

- a) Nome do proprietário;
- b) Número da carta de operador amador;
- c) Local da instalação;
- d) Indicativo concedido;
- e) Data da concessão da licença;
- f) Termo da validade.

Art. 31.º No caso de extravio ou inutilização de uma licença para instalação ou funcionamento de uma estação de amador, o seu titular poderá requerer a passagem de um duplicado, mediante requerimento do qual conste a forma como ela foi extraviada ou inutilizada.

Se após a passagem do duplicado for encontrado o original, aquele deve ser imediatamente remetido à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

§ único. A passagem de um duplicado da licença far-se-á mediante o pagamento da taxa de 50\$.

Art. 32.º A montagem de estações móveis é objecto de autorização especial, válida por períodos renováveis de um ano, concedida mediante pagamento da taxa de 100\$ e requerimento do qual conste:

- a) Nome, morada, filiação, naturalidade e nacionalidade do requerente;
- b) Número e categoria da carta de operador amador;
- c) Indicação do número de matrícula e demais características do veículo em que a estação será instalada;
- d) Características da instalação;
- e) Resultados que se pretendem conseguir com a estação móvel.

§ único. No fim de cada período anual a autorização pode ser renovada mediante o pagamento da taxa de 20\$ e requerimento acompanhado dos resultados obtidos e suas conclusões.

Art. 33.º A licença para instalação e utilização de uma estação de amador deve ser fixada em local visível junto à estação, se se trata de uma estação fixa. No caso de estação móvel, a licença deve acompanhar a estação.

Art. 34.º Não serão concedidas licenças para estações de amador a corporações, companhias, associações ou outras entidades colectivas, com excepção da Rede dos Emissores Portugueses.

Art. 35.º Por cada instalação radioeléctrica de amador os CTT cobrarão adjantadamente uma taxa semestral, trimestral ou mensal das importâncias seguintes:

Taxa semestral — 100\$.

Taxa trimestral — 55\$.

Taxa mensal — 20\$.

§ 1.º O proprietário da instalação apresentará à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT declaração sobre a modalidade de pagamento que prefere; na falta dela, subentende-se que o pagamento será feito semestralmente.

§ 2.º Para efeitos do disposto no corpo deste artigo considera-se como instalação radioeléctrica de um amador o conjunto formado pelo número máximo de três postos emissores e três receptores.

§ 3.º A falta do pagamento da taxa dentro do prazo fixado para a sua liquidação será punida com multa correspondente ao dobro do seu valor.

Art. 36.º A taxa a que se refere o artigo anterior é devida pelo mês em que for concedida a licença da estação, salvo se a data desta for posterior a quinze dias desse mês, caso em que só será devida a partir do mês seguinte.

Art. 37.º Nos casos em que o titular da licença pretenda efectuar o pagamento aos trimestres ou semestres será cobrada de início uma taxa igual à taxa mensal, multiplicada pelo número de meses necessários para acertar os pagamentos futuros por trimestres ou semestres, conforme o caso.

Art. 38.º A passagem de uma qualquer forma de pagamento para outra de período superior só terá início no trimestre ou semestre seguinte àquele em que for apresentado o pedido de modificação.

Art. 39.º As alterações da licença de estação de amador podem resultar de:

- a) Mudança de local;
- b) Mudança de categoria do operador;
- c) Rectificações efectuadas pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

Nos dois primeiros casos o amador fica obrigado a requerer à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT a alteração, juntando a licença respectiva.

§ único. Os requerimentos a que se refere o corpo deste artigo podem ser substituídos por comunicações emanadas da Rede dos Emissores Portugueses.

Art. 40.º A Administração Geral dos CTT poderá, quando o entender conveniente, proibir temporária ou definitivamente a utilização de estações de amador ou restringir as condições de funcionamento delas, sem que isso a obrigue a pagar qualquer indemnização.

Art. 41.º O cancelamento de licença de uma estação de amador pode resultar:

- a) Do falecimento do titular;
- b) De desistência;
- c) De penalidade imposta;
- d) Da utilização da faculdade conferida pelo artigo 40.º

§ 1.º No caso de falecimento ou desistência do titular da licença deverão os herdeiros ou o amador, consoante o caso, comunicar à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT o destino dado ao material.

§ 2.º No caso de desistência ou de penalidade imposta o amador fica obrigado a entregar à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT a licença da estação no prazo de oito dias, a contar da data em que o cancelamento se verifica.

§ 3.º No caso de o cancelamento resultar do disposto na alínea d) deste artigo e se não for colectivo, os afectados podem recorrer para o Ministro das Comunicações no prazo de três dias, a contar da recepção da notificação.

CAPÍTULO V

Das condições técnicas da estação

Art. 42.º Na construção das estações de amador seguir-se-ão todas as regras estabelecidas para as instalações eléctricas no que diz respeito a isolamento, protecção contra riscos de incêndio e segurança das pessoas.

Adoptar-se-ão as seguintes prescrições:

- a) Todos os condutores de ligação à antena estarão normalmente afastados de outros fios condutores;
- b) Não serão permitidas as tomadas de terra aos canos de gás;
- c) As entradas de antena serão devidamente isoladas;
- d) Os aparelhos de medida serão colocados em painéis de material não combustível;

e) Os circuitos de alimentação da estação serão protegidos por corta-circuitos fusíveis ou disjuntores.

Art. 43.º A largura da faixa transmitida por um emissor de amador não poderá ultrapassar a fixada no regulamento geral de radiocomunicações que vigore para o tipo de emissão utilizado.

Art. 44.º Os emissores de amador serão construídos de forma a reduzir ao mínimo a radiação de harmónicas ou de quaisquer ondas parasitas, observando as disposições do regulamento geral de radiocomunicações que vigore.

§ 1.º Nas estações que funcionem em frequências iguais ou inferiores a 54 MHz não será permitida a ligação directa do oscilador à antena. O limite aqui estabelecido pode ser alterado por despacho dos CTT, se os progressos da técnica assim o justificarem.

§ 2.º Nas estações radiotelefónicas de potência superior a 50 watts e que trabalhem em frequências iguais ou inferiores a 54 MHz é obrigatório o emprego de, pelo menos, um andar entre o oscilador e o andar final.

Art. 45.º As alimentações anódicas dos emissores devem ser feitas com corrente contínua, devidamente filtrada, de forma a reduzir ao mínimo a percentagem de modulação proveniente das componentes alternadas da alimentação.

Art. 46.º A percentagem máxima de modulação, no caso de emissores modulados em amplitude, deve ser tal que não provoque radiações parasitas e não deve, em qualquer caso, exceder 100 por cento.

Art. 47.º Nas estações radiotelegráficas de amador serão tomadas todas as disposições convenientes para evitar os estados de manipulação.

Art. 48.º Nas estações de amador e fazendo parte integrante do emissor deverão existir, pelo menos, os seguintes aparelhos de medida:

a) Miliamperímetro no circuito anódico do andar final;

b) Voltímetro para a tensão anódica do andar final.

§ único. Quando se trate de estações telefónicas de potência superior a 250 watts haverá que dispor de um sistema avisador de sobremodulação.

Art. 49.º Nas estações de amador não comandadas por cristal de quartzo deverá existir um onlâmetro de boa qualidade que permita determinar a frequência da onda emitida e assegurar que ela se encontra dentro das faixas atribuídas aos amadores.

Art. 50.º A construção das antenas obedecerá, em regra, aos preceitos seguintes:

a) A distância mínima a quaisquer outras antenas estabelecidas paralelamente não deve ser inferior a 5 metros;

b) Em caso de cruzamento com outras antenas o ângulo por elas formado não deve ser inferior a 45º e a distância mínima inferior a 2 metros;

c) As antenas não poderão cruzar linhas telegráficas, telefónicas ou de distribuição de energia;

d) As antenas não devem impedir a passagem para as chaminés, bem como os trabalhos de reparação que tenham de se efectuar eventualmente nos telhados.

Art. 51.º As antenas serão ligadas à aparelhagem radioeléctrica de forma a que nelas apenas exista tensão de radiofrequência.

Art. 52.º O possuidor de uma antena é obrigado a conservá-la em bom estado e é responsável pelos evidentes prejuízos causados a terceiros, relacionados com a sua instalação ou conservação.

Art. 53.º As antenas utilizadas nas estações de amadores e que atravessem a via pública não podem ser montadas sem prévia licença da Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT. Excluem-se, porém, as antenas de recepção que, sendo utilizadas para a radiodifusão, se encontrem abrangidas pelo disposto no decreto n.º 30:753, de 14 de Setembro de 1940.

§ único. A licença a que se refere este artigo só poderá ser concedida mediante o pagamento da taxa de 30\$ por antena.

Art. 54.º Existirá sempre um dispositivo destinado a efectuar a ligação à terra das antenas utilizadas nas estações de amador quando a estação não esteja em funcionamento.

Art. 55.º Nos casos em que seja necessário proceder a afinações do emissor deverá utilizar-se uma antena artificial não radiante.

Art. 56.º Nas estações de amador deverão sempre existir esquemas das instalações devidamente actualizados.

CAPÍTULO VI

Das faixas de frequência e dos tipos de emissão

Art. 57.º As faixas de frequências reservadas para o funcionamento das estações de amador serão as prescritas no regulamento geral de radiocomunicações que vigore.

§ único. Os CTT poderão, mediante aviso no *Diário do Governo* e notificação à Rede dos Emissores Portugueses, quando o entenderem conveniente, e por proposta da Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT, limitar o número de faixas reservadas para o funcionamento das estações de amador, limitar a potência máxima de funcionamento em qualquer faixa e subdividir uma ou mais faixas para o trabalho em telegrafia e telefonia.

Art. 58.º As estações de amador poderão funcionar em qualquer frequência das faixas a elas reservadas, devendo, porém, a frequência da onda emitida em cada transmissão ser tão constante quanto o estado da técnica o permita.

§ único. A frequência de trabalho deve ser sempre escolhida de modo que o espectro de frequências emitido fique situado dentro da faixa reservada às estações de amador. Com esse fim nenhuma estação de amador deverá funcionar nas frequências limites dessas faixas.

Art. 59.º As emissões radioeléctricas de amador poderão efectuar-se nos tipos seguintes, respeitando-se as restrições impostas no presente regulamento e nos avisos a que se refere o artigo 61.º:

A 0 — Ondas persistentes em que as oscilações sucessivas são idênticas em regime permanente.

A 1 — Telegrafia em ondas persistentes puras. Ondas persistentes manipuladas segundo um código telegráfico.

A 2 — Telegrafia modulada. — Onda de suporte modulada por uma ou mais frequências audíveis; a ou as frequências audíveis ou a sua combinação com a onda de suporte manipulam-se segundo um código telegráfico.

A 3 — Telefonia. — Ondas que resultam da modulação de uma onda de suporte por frequências correspondentes à voz.

A 4 — *Fac-simile*. — Ondas que resultam da modulação de uma onda de suporte por frequências produzidas durante a exploração de imagens fixas, com o fim de as reproduzir sob a forma permanente.

A 5 — Televisão. — Ondas que resultam da modulação de uma onda de suporte por frequências produzidas durante a exploração de objectos fixos ou em movimento.

Art. 60.º É rigorosamente vedado às estações de amador as emissões de música gravada ou não, a retransmissão de estações comerciais ou de radiodifusão ou de outros serviços, a publicidade de qualquer natureza e de uma forma geral todas as transmissões que possam ser consideradas como concorrentes ou semelhantes às comunicações que são monopólio do Estado.

Art. 61.º As estações de amador poderão emitir ondas moduladas em frequência para a transmissão telegráfica ou telefónica nas faixas de frequências que forem fixadas pelos CTT, mediante aviso publicado no *Diário do Governo*.

Art. 62.º As estações de amador poderão, para fins de regulação de aparelhagem, transmitir, durante curto intervalo, frequências simples de modulação ou apenas a onda suporte não modulada ou não manipulada.

Art. 63.º As estações móveis de amador só poderão funcionar nas faixas de frequências superiores a 15 MHz atribuídas aos amadores e a sua potência não deve ultrapassar 50 watts.

CAPÍTULO VII

Dos indicativos

Art. 64.º Os indicativos das estações de amador serão concedidos pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT e constituídos pelo grupo de letras CT seguido dos algarismos 1 a 9 e de duas letras, no caso de estações fixas.

No caso de estações móveis de amador o indicativo será constituído pelo indicativo normal seguido da letra M.

Art. 65.º É desde já estabelecida a seguinte divisão de indicativos:

- CT 1 . . — Portugal continental.
- CT 2 . . — Arquipélago dos Açores.
- CT 3 . . — Arquipélago da Madeira.

Art. 66.º Os indicativos que por qualquer motivo deixarem de ser utilizados ficarão vagos, se possível, por período não inferior a dois anos.

CAPÍTULO VIII

Da forma de trabalho

Art. 67.º As estações de amador só podem ser utilizadas para comunicações com outras estações de amador, nacionais ou estrangeiras, com estações de outras categorias que a isso sejam expressamente autorizadas e para a transmissão directa, combinada antecipadamente, destinada a instalações receptoras devidamente autorizadas.

§ único. A Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT poderá conceder indicativos de chamada às instalações receptoras mencionadas no corpo deste artigo.

Art. 68.º As comunicações entre estações de amador situadas na mesma localidade só poderão efectuar-se em frequências superiores a 20:000 MHz, dentro das faixas atribuídas aos amadores.

Art. 69.º A transmissão de uma chamada será feita usando as fórmulas seguintes:

a) Quando se trate de uma chamada geral em telegrafia, transmitir-se-á o grupo CQ três vezes, seguido da palavra *de* e do indicativo da estação que chama, também por três vezes.

Exemplo: CQ CQ CQ de CT1 . . CT1 . . CT1 . .

b) No caso de uma chamada geral em telefonia substituir-se-á o grupo CQ pela expressão «chamada geral».

c) No início e no fim de cada transmissão e na resposta a uma chamada a estação que emite deve dar o indicativo da estação com quem está ou pretende entrar em contacto, seguido do indicativo da estação que emite.

Exemplo: CT2 . . CT2 . . CT2 . . de CT1 . . CT1 . . CT1 . .

Art. 70.º A utilização de estações móveis só pode ser efectuada quando o proprietário tenha comunicado à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT, com

a antecedência mínima de vinte e quatro horas, a região onde ela vai trabalhar.

Art. 71.º Em cada estação de amador existirá, sob a forma de livro, um diário, no qual serão anotadas todas as transmissões efectuadas e as indicações seguintes:

- a) Data;
- b) Hora a que a transmissão se iniciou e terminou;
- c) Indicativo da estação chamada;
- d) Faixa de frequência utilizada;
- e) Potência de alimentação anódica do andar final;
- f) Tipo de emissão utilizado;
- g) Localização da estação, que poderá ser aproximada no caso de estação móvel.

CAPÍTULO IX

Das interferências

Art. 72.º Sempre que uma estação de amador cause interferências a serviços que funcionem noutras faixas, a Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT determinará as providências necessárias para que a interferência seja anulada.

A Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT dará conhecimento do facto à Rede dos Emissores Portugueses, que estudará o assunto e apresentará relatório pormenorizado.

Art. 73.º Se se verificar que pela adopção de dispositivos apropriados na estação de amador ou pela utilização de aparelhagem que satisfaça aos preceitos actuais da técnica no serviço interferido não é possível eliminar a interferência, a estação de amador não poderá funcionar nessa frequência dentro das horas em que o serviço interferido seja afectado.

§ 1.º O horário de funcionamento da estação de amador será fixado pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT depois de ouvidos os serviços interferidos.

§ 2.º Os CTT poderão utilizar a faculdade conferida pelo artigo 44.º, proibindo o funcionamento da estação de amador nessa frequência, no caso de o serviço interferido ser de regime permanente e a interferência ser de molde a não permitir a execução do serviço.

§ 3.º No caso em que a interferência possa ser eliminada por utilização de dispositivos especiais, não usuais na instalação interferida, o proprietário da estação de amador pode solicitar a instalação desses dispositivos, correndo as despesas por sua conta.

Art. 74.º Quando o reclamante, possuidor de uma instalação de recepção de radiodifusão, não tenha observado, em relação à antena do seu receptor, as normas prescritas no artigo 50.º, não será exigida nenhuma acção contra a estação de amador, a menos que a interferência seja resultante de um funcionamento imperfeito dessa estação.

CAPÍTULO X

Das vistorias

Art. 75.º A primeira entrada em funcionamento de uma estação de amador devidamente autorizada será, em regra, precedida de vistoria, a qual compreenderá:

- a) O exame das antenas de emissão e recepção;
- b) A medida da potência de alimentação anódica do andar final;
- c) O exame da aparelhagem e das condições de instalação;
- d) Medida da percentagem máxima de modulação;
- e) A observação pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT de uma emissão efectuada pela estação.

Art. 76.º A Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT poderá delegar na Rede dos Emissores Portugueses a execução total ou parcial da vistoria, com exclusão do indicado na alínea e) do artigo anterior. A Rede dos Emissores Portugueses ficará nesse caso obrigada a apresentar relatório da mesma, sob responsabilidade dos respectivos corpos genentes.

Art. 77.º Para a execução da vistoria o titular da licença declarará à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT a data a partir da qual a instalação se encontra em condições de ser vistoriada.

Art. 78.º Se a vistoria, efectuada em data a comunicar ao titular da licença, demonstrar que a instalação não corresponde às prescrições estabelecidas, será marcado prazo para se efectuar nova vistoria, a qual só poderá ser realizada mediante o pagamento da importância de 100\$.

Art. 79.º A vistoria das estações móveis é efectuada no local que a Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT determinar.

CAPITULO XI

Da Rede dos Emissores Portugueses

Art. 80.º A Rede dos Emissores Portugueses, associação constituída por alvará de 5 de Março de 1930, passado pelo Governo Civil de Lisboa, será formada por todos os titulares de cartas de operador amador e fica reconhecida como representante dos interesses destes junto da Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

§ único. A Rede dos Emissores Portugueses poderá constituir outras categorias de sócios que não sejam titulares de licenças de estação de amador, mas que se interessem pelo desenvolvimento da técnica radioeléctrica.

Art. 81.º Junto da direcção da Rede dos Emissores Portugueses existirá um delegado da Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT, escolhido de entre os seus funcionários.

Art. 82.º A Rede dos Emissores Portugueses fica obrigada:

- a) A manter em dia o registo dos seus sócios;
- b) A colaborar com a Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT na fiscalização das estações de amador e a participar-lhe todas as infracções de que tenha conhecimento;
- c) A coadjuvar a Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT na realização dos exames para operador amador e na vistoria das estações de amador;
- d) A prestar aos operadores amadores da categoria D a necessária assistência técnica de modo a garantir que as suas emissões se façam nas devidas condições técnicas e procurar que os operadores titulares de carta da categoria D sejam o mais rapidamente possível submetidos a exame de aptidão para a categoria C;
- e) A publicar um manual destinado ao uso dos candidatos a operador amador, o qual será publicado mediante prévia aprovação da Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

Art. 83.º A Rede dos Emissores Portugueses fica isenta do pagamento de qualquer taxa fixada neste decreto.

CAPITULO XII

Do serviço de emergência

Art. 84.º As estações de amador podem ser requisitadas para efectivação de comunicações em caso de emergência. A requisição será feita pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT, por intermédio da Rede dos Emissores Portugueses.

Art. 85.º No serviço de emergência apenas poderão colaborar as estações que forem designadas pela Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT.

Art. 86.º Declarado o serviço de emergência e enquanto ele durar, nenhuma estação de amador poderá utilizar faixas de frequência inferiores a 8:000 MHZ, a não ser para esse serviço de emergência.

CAPITULO XIII

Penalidades

Art. 87.º Os proprietários de estações de amador ficam sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Por infracção do artigo 27.º: multa de 500\$ a 1.000\$ e apreensão definitiva do material, quando se trate de estação fixa, e multa de 1.000\$ a 5.000\$ e apreensão definitiva do material, quando se trate de estação móvel;
- b) Por funcionamento em local diferente do constante da licença: multa de 100\$;
- c) Por aumento ilegal de potência: multa de 200\$ a 500\$;
- d) Por infracção do artigo 51.º: multa de 200\$;
- e) Por infracção do artigo 70.º: multa de 200\$ a 500\$;
- f) Por infracção dos artigos 85.º ou 86.º: multa de 200\$;
- g) Por infracção da parte final do artigo 60.º: multa correspondente ao triplo da taxa que seria aplicável se utilizassem as vias normais de telecomunicação, independentemente da sanção prevista na alínea c) do artigo seguinte.

Art. 88.º As faltas de carácter técnico ou de exploração correspondem as seguintes penalidades:

- a) Advertência. — Pelo funcionamento fora das faixas autorizadas, defeitos técnicos na emissão, utilização de tipos de emissão não permitidos, fórmulas incorrectas de comunicação, escrita incorrecta do diário, etc.;
- b) Suspensão de funcionamento até quinze dias. — Em caso de repetição de infracção a que nos últimos doze meses correspondeu pena de advertência e ainda pelo uso de linguagem inconveniente;
- c) Suspensão de funcionamento de um a seis meses. — Quando se verifique a utilização de indicativo indevido ou uso da estação para fins diferentes do especificado neste regulamento;
- d) Suspensão definitiva da estação, sua desmontagem e apreensão da carta de operador amador quando se verifiquem os seguintes casos:
 - 1.º O possuidor da estação ter sido condenado a pena grave pelos tribunais;
 - 2.º Em caso de reincidência grave após uma suspensão por seis meses.

§ 1.º A penalidade da suspensão implica a perda de direitos como operador amador durante o período em que aquela se verifique.

§ 2.º Da suspensão definitiva haverá recurso para o Ministro das Comunicações.

Art. 89.º A falta de cumprimento de quaisquer cláusulas de carácter técnico impostas em resultado de vistoria efectuada em qualquer altura dará lugar à aplicação, por parte da Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT, de uma multa de 50\$ por cada cláusula que não tenha sido cumprida ou que o tenha sido de modo incompleto ou ineficaz, não devendo, em qualquer caso, a multa ser superior a 200\$.

Aplicada a multa fixar-se-á novo prazo para o cumprimento das cláusulas em falta.

§ único. Por cada reincidência será duplicado o valor da multa aplicada.

Art. 90.º As penalidades serão comunicadas à Rede dos Emissores Portugueses, que delas dará conhecimento a todos os amadores.

Art. 91.º A eliminação de um operador amador de sócio da Rede dos Emissores Portugueses por motivo de não cumprimento das disposições estatutárias acarreta o cancelamento dos privilégios de operador amador.

CAPÍTULO XIV

Disposições gerais e transitórias

Art. 92.º Os titulares de licenças para estações de amador ficam obrigados a permitir o livre acesso às suas instalações aos funcionários encarregados da fiscalização.

Art. 93.º O possuidor de um posto emissor radioeléctrico de amador fica obrigado a avisar por escrito a Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT quando o haja cedido a outrem.

Art. 94.º Qualquer titular da carta de operador amador fica obrigado a apresentar, dentro de trinta dias após a concessão da carta, documento comprovativo da sua inscrição na Rede dos Emissores Portugueses, sob pena de cancelamento da mesma carta.

Art. 95.º Para efeitos de fiscalização, as casas vendedoras de instalações emissoras ficam obrigadas a comunicar à Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT, no prazo de oito dias a contar da venda, o nome e morada da pessoa a quem hajam vendido postos emissores.

§ único. O não cumprimento deste artigo implica a multa de 100\$ a 500\$.

Art. 96.º Aos indivíduos de nacionalidade estrangeira residentes há mais de um ano em Portugal poderão ser concedidas cartas de operador amador e licenças para a instalação e utilização das estações de amador, se se tratar de pessoas de comprovada idoneidade e o respectivo país conceder reciprocidade.

Art. 97.º Os amadores que se encontravam autorizados a funcionar em 23 de Setembro de 1939 e que não estejam abrangidos pelo disposto no artigo 34.º poderão ingressar, sem outras formalidades, na classe D, desde que apresentem declaração na Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT nos sessenta dias seguintes à publicação deste regulamento.

Se, porém, demonstrarem que naquela data tinham estações em funcionamento há mais de dois anos, poderão ingressar nas classes C ou B, mediante proposta fundamentada da Rede dos Emissores Portugueses, desde que a Direcção dos Serviços Radioeléctricos dos CTT reconheça que as suas condições de trabalho eram satisfatórias.

Art. 98.º A Rede dos Emissores Portugueses fica obrigada a alterar os seus estatutos de harmonia com as prescrições do presente regulamento.

Art. 99.º Ficam de nenhum efeito em relação às estações de amador as disposições do decreto n.º 22:784, de 29 de Junho de 1933.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Julho de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Manuel Gomes de Araújo.

Programas dos exames de aptidão a que se refere o § único do artigo 19.º

a) Legislação. Regulamentos e outras disposições que digam respeito às estações de amador:

I. — Conhecimento pormenorizado da legislação sobre estações de amador.

II. — Conhecimento da legislação sobre a segurança das instalações eléctricas de baixa e alta tensão.

III. — Conhecimento genérico do regulamento geral das radiocomunicações:

1) Condições técnicas a que deve obedecer o funcionamento dos emissores: estabilidade de frequência, largura da faixa transmitida, intensidade máxima admissível das harmónicas.

2) Sinais de perigo, urgência e segurança: forma de utilização.

b) Noções elementares do funcionamento da aparelhagem utilizada nas comunicações do amador:

I. — Noções elementares de magnetismo e electromagnetismo: ímanes naturais e artificiais, polos e linha neutra, acção recíproca dos polos, magnetização do ferro, magnetismo remanescente, histerese, influência dos ímanes sobre o aço e o ferro macio.

II. — Noções elementares de electricidade: corpos bons e maus condutores, pilhas, acumuladores, força electromotriz, tensão, resistência interna de um gerador, resistência óhmica, lei de ohm, dissipação de energia numa resistência, definição de volt, ohm e ampere, definições de corrente contínua e corrente alternada, amplitude, frequência e fase de uma corrente alternada, valores eficazes, condensadores, indutores.

III. — Noções elementares de radioelectricidade: circuitos oscilantes, associação de circuitos oscilantes, ondas persistentes, ondas amortecidas. Lâmpadas termoiónicas, tipos e funções. Princípio de funcionamento de amplificadores e osciladores.

c) Conhecimentos sobre regulação e ajuste da aparelhagem utilizada nas comunicações de amador.

I. — Osciladores e amplificadores de audifrequência: esquemas usuais de montagem.

II. — Amplificadores de radifrequência: tipos, noções das condições de funcionamento, sintonia, neutralização, formas de efectuar a neutralização.

III. — Modulação em amplitude, definição de percentagem de modulação, causas e efeitos perniciosos da sobremodulação, formas de modular na grelha e na placa. Modulação de frequência, definição, percentagem de modulação.

IV. — Princípio de funcionamento dos desmoduladores, princípio de funcionamento dos receptores de reacção e de super-reacção.

Receptores superheterodíneos: partes constituintes e funções respectivas, alinhamento.

V. — Alimentação de emissores e receptores: princípio de funcionamento dos rectificadores, necessidade de filtragem.

Ministério das Comunicações, 29 de Julho de 1947. — O Ministro das Comunicações, Manuel Gomes de Araújo.